



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Reunião: ORDINÁRIA - Nº 549/2021 - Plenário - 30/11/2021 das 18:00 as 23:30

Decisão: 562/2021

Referência: 2606831/2020 - Auto: 43828/2020

Interessado: ALCIMAR P DA SILVA - ME

DECISÃO

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, no uso de suas atribuições legais, reunido em 30 de novembro de 2021, analisando o relato e voto fundamentado do(a) conselheiro(a) Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes, objeto de solicitação de processo fiscal-relatório fiscal Alcimair P Da Silva - Me, Considerando o que prevê a Lei Federal nº 5.194/66, conforme abaixo transcrito: Art. 7º - As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em: (...) g) execução de obras e serviços técnicos; (...) Considerando os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº. 6.496/77, a seguir: "Art. 1º - Todo contrato escrito ou verbal para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)." "Art. 2º - A ART define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia, arquitetura e agronomia." "Art. 3º - A falta da ART sujeitará o profissional ou a empresa à multa prevista na alínea "a" do Art. 73 da Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966, e demais cominações legais." Considerando os artigos 2º, 3º, 10º e 28º, todos da Resolução nº. 1025/2009 do Confea, a saber: "Art. 2º A ART é o instrumento que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pela execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea." "Art. 3º Todo contrato escrito ou verbal para execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea fica sujeito ao registro da ART no Crea em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade." Art. 10. Quanto à forma de registro, a ART pode ser classificada em: I - ART complementar, anotação de responsabilidade técnica do mesmo profissional que, vinculada a uma ART inicial, complementa os dados anotados nos seguintes casos: a) for realizada alteração contratual que ampliar o objeto, o valor do contrato ou a atividade técnica contratada, ou prorrogar o prazo de execução; ou b) houver a necessidade de detalhar as atividades técnicas, desde que não impliquem a modificação da caracterização do objeto ou da atividade técnica contratada. (...) "Art. 28. A ART relativa à execução de obra ou prestação de serviço deve ser registrada antes do início da respectiva atividade técnica, de acordo com as informações constantes do contrato firmado entre as partes." § 1º No caso de obras públicas, a ART pode ser registrada em até dez dias após a liberação da ordem de serviço ou após a assinatura do contrato ou de documento equivalente, desde que não esteja caracterizado o início da atividade. Considerando a cronologia dos fatos: 1- O processo originou-se de ação fiscalizatória de "FISCALIZAÇÃO INDIRETA", foram observados os seguintes fatos: "Fiscalização referente execução do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 042/2018, entre a Prefeitura Municipal de Ipixuna e a Empresa ALCIMAR P DA SILVA - ME, objeto: `Reforma e Ampliação do Posto de Saúde da comunidade Santa Catarina, zona rural no Município de Ipixuna. Prorrogação de prazo de vigência do Contrato Original, a contar de 09/01/2019 a 08/04/2019. Sem o registro da devida Anotação de Responsabilidade Técnica- ART." 2- O fato gerador consistiu, portanto, na FALTA DE REGISTRO DA ART DE EXECUÇÃO do referido Termo de Contrato, com base nos Arts. 1º e 3º ambos da Lei Nº 6496/77, resultando na lavratura do Auto de Infração Nº 43828/2020, lavrado em 03 de março de 2020. 3- A empresa recebeu o Auto de Infração, através de Comprovação de Entrega (CE), em 04/09/2020, não manifestando DEFESA até a presente data. 4- Considerando, que transcorreu o prazo legal para interposição de RECURSO ADMINISTRATIVO/DEFESA e não houve manifestação por parte da empresa autuada, não registrou a ART e não efetuou o pagamento da multa respectiva cabendo, portanto, o julgamento do auto à REVELIA (Art. 20 da Resolução nº 1.008 do Confea). 5- Considerando, pois, que a regularização requerida pelo Crea-AM consiste na exigência do registro da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART correspondente à autoria de projetos e/ou execução), como sendo um instrumento de defesa do consumidor, garantindo a qualidade, a confiabilidade e a segurança dos serviços prestados, visto que comprova a participação de profissional legalmente habilitado. 6- Considerando que cabe observar, sempre, que o registro da ART deve ocorrer no início da execução dos serviços, ou seja, assim que a empresa obtiver a autorização para realizar os trabalhos, ou seja, assegurar a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado através da obrigatória e devida ART. Considerando o Parecer Técnico da Assessoria Técnica, que Opina para que seja Mantido o Auto de Infração Nº 43828/2020 gerado em desfavor da pessoa jurídica "ALCIMAR P DA SILVA - ME", face à irregularidade "FALTA DE REGISTRO DE ART DE EXECUÇÃO". Devendo o(a) autuado(a) proceder com a regularização (Efetuar o registro de ART de execução do citado termo aditivo) junto ao Crea-AM, bem como efetuar o pagamento da multa imposta. Considerando a Decisão 1398/2021 da Reunião Ordinária Nº 19/2021 da CEEC, realizado dia 02/08/2021, que DECIDIU pela MANUTENÇÃO do Auto de Infração Nº 43828/2020 gerado em desfavor da pessoa jurídica "ALCIMAR P DA SILVA - ME", face à irregularidade "FALTA DE REGISTRO DE ART DE EXECUÇÃO". Considerando que a empresa apresentou em anexo, a sua Defesa, informando que o fato gerador, foi regularizado através das ART's de Complementação (Aditivos) de números ART OBRA OU SERVIÇO Nº AM20210274386, Nº AM20210274388, Nº AM20210274389, Nº AM20210274391 e Nº AM20210274394, todas em Complementação a ART "AM20190163604". considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator deste Plenário, **DECIDIU** por unanimidade, pela MANUTENÇÃO do Auto de



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Infração Nº 43828/2020, gerado em desfavor da pessoa jurídica "ALCIMAR P DA SILVA - ME", face à irregularidade "FALTA DE REGISTRO DE ART DE EXECUÇÃO", com redução da penalidade aplicada (multa) ao seu valor mínimo, corrigida na forma da Lei, considerando a regularização do fato gerador. Decisão proferida na 548ª Sessão Ordinária de Plenário do Crea-AM.. Presidiu a reunião o senhor **Romina Alves Dos Santos**. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Ademar Antonio Ferreira, Amarildo Almeida De Lima, Audinei Lima Leite, Douglas Alberto Rocha De Castro, Edson Queiroz Da Fonseca Junior, Eirie Gentil Vinhote, Gilmar Alencar Perêa, Janeth Fernandes Da Silva, Joao Batista Ramos, Jose Augusto Bezerra De Abreu, Jose Josimar Soares, Jossandra Alves Damasceno, Marcelo De Almeida Conceição, Roberval Sousa Protasio, Samir Oliveira Salles, Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes, Waldo Guimaraes Aparicio. Não houve voto contrário. Não houve abstenção.

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 30 de novembro de 2021.

ROMINA ALVES DOS SANTOS
Presidente do Plenário